

## Segurança Hídrica, Emergência Climática, Governança e Vulnerabilidade Social



Pedro Roberto Jacobi



Pedro Luis Cortes



Paulo de Almeida Sinisgalli

**D**e acordo com a ONU, oitenta por cento da população mundial está exposta a altos níveis de ameaças à segurança hídrica. Neste sentido, espera-se graves crises hídricas no horizonte até 2070. A governança hídrica não é só uma questão científica, mas é também uma questão de política, de governança e de valores sociais, visando a garantir a disponibilidade de água no século XXI da população. Cada vez mais, é necessária uma abordagem transdisciplinar, que estabelece os vínculos entre as diversas ciências, naturais e sociais.

A demanda por água continua a aumentar enquanto a sua disponibilidade está diminuindo. Além do rápido crescimento populacional, a urbanização, o mau uso e a má governança da água e do saneamento, as mudanças climáticas e os fenômenos meteorológicos extremos reduzem as quantidades disponíveis de água potável, exacerbando o estresse hídrico. Ou seja, demandas futuras de água estão expostas a incertezas crescentes à medida que a escassez de água aumenta continuamente. Desta forma, a sociedade está cada vez mais suscetível aos riscos associados a demandas inadequadas de água e/ou qualidade diminuída.

De acordo com um relatório do UNICEF de 2017, quase uma em cada quatro crianças em todo o mundo viverá em áreas com estresse hídrico extremamente alto até 2040. Embora o impacto da escassez de água possa ser sentido por todos, ninguém sofre mais do que as crianças mais. Crianças e famílias que vivem em comunidades suscetíveis pagam um preço elevado: enfrentam altos níveis de escassez de água, especialmente associados a choques climáticos e fenômenos meteorológicos extremos e, ao mesmo tempo, têm o menor acesso aos serviços necessários para usá-la.

A segurança da água é um conceito que envolve múltiplas dimensões. Consiste em garantir o acesso à água em quantidade e qualidade para uma determinada população por um determinado período de tempo.

Em sua definição, é necessário levar em conta aspectos sociais, econômicos, financeiros, legais, ambientais, geográficos, assim como processos naturais, analisados por ciências como climatologia geográfica, meteorologia, hidrologia, hidrografia, que lidam com o volume de água disponível. Atingir segurança hídrica sustentável exigirá a superação de desafios e de boa governança, lidando com as mudanças no uso e cobertura da terra, do crescimento da população, do aumento da demanda, e das mudanças climáticas, entre outros.

Quando a variabilidade é ampliada e não temos capacidade de adaptação, o resultado são os riscos relacionados à água, tais como inundações, secas e poluição.

Hoje, o objetivo de garantir a segurança da água tornou-se um dos mobilizadores da governança da água. A segurança da água vai além da disponibilidade física imediata, mas a questão institucional, pois coloca questões como riscos, capacidade de acesso e o fortalecimento de ações baseadas no respeito ao direito humano à água, principalmente dos setores mais vulneráveis.

Coloca-se a necessidade de um maior protagonismo cidadão para promover mudanças paradigmáticas sobre o valor e usos da água, estimulando a corresponsabilidade. Isto significa que a governança da água deve incorporar uma visão de incerteza, e cada vez mais uma perspectiva preventiva e adaptativa, já que a redução do risco de insegurança da água requer ações consistentes e inovadoras, fortalecendo os processos de articulação, reflexão e aprendizagem entre as diferentes partes interessadas. A ampliação da participação da sociedade na gestão das ações é fundamental para garantir a segurança da água.

Neste volume, a temática é abordada a partir de uma diversidade de artigos que apresentam a problemática em contexto de cidades e regiões do Brasil, América do Sul e da península Ibérica, que se confrontam com realidades distintas trazendo uma reflexão importante sobre o tema.